

A UNIVERSIDADE E A ACADEMIA DE COIMBRA PERANTE O ESTADO NOVO (1926-1961)

ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO

Por **Luís Reis Torgal****

1. Neste ano de 1990 ocorre o 7.º Centenário da Universidade de Coimbra.

A importância sócio-cultural desta instituição é evidente. Bastaria, para o provar, dizer que até 1911 ela foi praticamente a única com o título de «Universidade» existente em Portugal.

2. Neste sentido, compreende-se que a Universidade de Coimbra estivesse — e ainda esteja — profundamente ligada à Tradição. E se essa Tradição pode ser considerada como um valor cultural a preservar, não directamente ligada a uma posição política de tipo «tradicionalista» ou

* Esta comunicação, de carácter necessariamente sintético, resultou de um trabalho colectivo, realizado com a colaboração dos alunos de um seminário que orientámos em 1989-90 na Faculdade de Letras de Coimbra. Uma versão diferente foi apresentada no Congresso «História da Universidade», realizado em Coimbra, de 5 a 9 de Março de 1990. O trabalho completo será publicado num livro, a editar brevemente.

** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

«conservador», também é verdade que em momentos propícios, quando dominam as forças «conservadoras» e «autoritaristas», ela pode constituir — e constituiu, efectivamente — a instituição mais favorável ao desenvolvimento das concepções político-culturais do regime. Foi assim que no Estado Novo se desenvolveu um verdadeiro namoro, praticamente um casamento, entre a Universidade de Coimbra e o Estado. De Coimbra partira Salazar que iria encarnar o «magistério político» e a Universidade era apresentada como verdadeira depositária da Tradição.

Será esse casamento que iremos analisar, em primeiro lugar, não sem antes verificarmos que nos anos de relativa indefinição do regime, de 1926 a 1933, os anos da Ditadura Militar, se verificou ainda um certo debate de ideias, com supremacia, é certo, das correntes «integralistas» no seio dos professores, mas também com o domínio dos movimentos «republicanos» por parte dos estudantes. Só, realmente, depois de 1933 se verifica com clareza um processo de subordinação da Universidade ao Poder, à medida que o Estado Novo se ia estruturando, a acompanhar, de resto, o avanço dos movimentos «fascistas» europeus e a crise das repúblicas parlamentares e dos movimentos «frentistas».

Todavia, Coimbra, devido à sua estrutura de pequena cidade onde os estudantes ocupam um lugar singular, gerou também, mais do que qualquer burgo universitário, outra realidade «institucional» — o movimento associativo académico, a «Academia» (numa palavra). Ela terá, na história da vida política portuguesa, um sentido pendular. Isto é, em determinados momentos será enredada pela força política da «Tradição», embora noutros casos surja como alavanca da «Inovação». Na verdade, se depois de 1936 — altura em que irrompeu o forte movimento do Estado Novo para controlar a força da Academia — até ao fim da guerra, ela institucionalmente se mantém, no essencial, ao lado do Estado Novo, depois de 1945 até aos princípios da década de 50 surgirá como elemento de luta contra o regime, embora não o assuma com clareza.

É que a Associação Académica de Coimbra, fundada em 1887, era estatutariamente «apolítica» — daí que não pudesse jamais afirmar posições «políticas», ou seja, posições políticas contra o Estado Novo, dado que as posições políticas de «situação» eram entendidas, obviamente, como um «dever nacional». Este estado de coisas gerará muitas vezes debates teórico-práticos em que se discutirá afinal o sentido «político» ou «apolítico» de determinadas atitudes.

Mas, como estávamos a dizer, se essas posições políticas são significativas até princípios dos anos 50, a pouco e pouco a Academia vai-se integrando outra vez nos valores do Estado Novo. A «guerra fria», a renovação do movimento anticomunista, o presidencialismo ou o conservadorismo das democracias ocidentais, os primeiros indícios do ata-

que às colónias portuguesas que levaram ao reforço do nacionalismo, eram propícios a tal situação. Porém, no fim da década e sobretudo a partir da década de 60 vão verificar-se condições inversas — o *aggiornamento* da Igreja, a contestação das democracias capitalistas que culminará no Maio de 68, o sentimento vivencial e cada vez mais alargado e dramático da guerra colonial, serão condições favoráveis aos movimentos académicos dos anos 60, de contestação do «sistema», que, se não destruírem o regime, contribuirão para enfraquecê-lo.

3. Na sessão solene de abertura da Universidade, em 16 de Outubro de 1926, o Reitor Almeida Ribeiro, eleito pouco depois do «28 de Maio», na presença do novo Presidente da República, Óscar Carmona, referia-se ao pluralismo ideológico existente na Universidade¹.

Nessas palavras do Reitor está esboçado o retrato da realidade universitária durante a Ditadura. Sobretudo no meio estudantil essa diversidade ideológica era um facto, já que no meio docente só alguns poucos professores se continuarão a revelar como «republicanos», constituindo, nomeadamente a Faculdade de Direito, o alfofre de onde sairá um núcleo de apoiantes do regime salazarista.

Com efeito, as movimentações académicas de «republicanos», com o apoio, em certos casos, de alguns raros professores, vão ser reflexo das tentativas sediciosas que iam ocorrendo nestes tempos conturbados ou vão criar situações de conflito ou de ruptura com a hierarquia universitária. Ficou célebre neste caso, para além de várias greves e manifestações contra medidas governamentais, a contestação do Reitor Fezas Vital que, sendo monárquico, era acusado de prejudicar o interesse dos prosélitos da República. Multiplicavam-se então os jornais republicanos, de vida curta, tais como *Gente Nova*, do Centro Republicano Académico, *Voz do Povo* ou *Mundo Novo*, que reflectiam ou dinamizavam tais polémicas.

Entretanto, os grupos «integralistas» tinham igualmente uma acção significativa, promovendo também manifestações e conferências, e publicando os seus jornais, *Acção Nacional*, *Ressurreição* ou *Vanguarda*. Eram, porém, superados ainda pelos seus adversários na luta institucional, pois os «republicanos» iam vencendo as eleições da Associação Académica, mantendo a liderança até 1936.

Mas a Universidade era alvo de críticas por parte especialmente dos sectores mais radicais. Afinal não havia perdido a fama de conservadora e reaccionária que, durante a República, em 1919, valera a alguns mestres de Direito, entre os quais Salazar, um processo de suspensão, e à Facul-

¹ In *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. X. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, p. 574.

dade de Letras um processo de extinção, que em qualquer dos casos foram revogados. Assim, o movimento de «Renovação Democrática» lançará sobre ela as mais duras críticas, que em parte alguns mestres «republicanos» compreendiam. Foi o caso de Aurélio Quintanilha, que proferiu em Lisboa em 1933, no jornal *O Século*, uma célebre conferência sobre o ensino e a investigação universitária, entendida depois como gravosa para a dignidade da Escola². Esta crítica — que falava da reprodução conservadora da Universidade ou dos seus mestres — foi levada à Assembleia Geral da Universidade e ao Senado, sendo Quintanilha ali acusado sobretudo pelos apoiantes do Salazarismo³. Apesar de arquivado, o processo será, sem dúvida, uma das razões da demissão do professor da Faculdade de Ciências, quando o Estado Novo iniciou o movimento tendente à subordinação orgânica da Universidade ao regime.

4. Um folheto publicado em 1934 pela Editorial Vanguarda, *O problema universitário em Portugal*, pode ser invocado como representativo da política que se inicia especialmente neste ano. Os objectivos são claros, como se pode verificar através destas palavras-chave: «A Universidade terá que viver integrada no Estado Novo. Dentro da atmosfera do Estado Novo, ela tem que ser nacionalista e não internacionalista; corporativista, e não liberalista; organicista, e não democrática»⁴.

«Corporação orgânica» dentro do Estado, onde não será permitida qualquer tendência de oposição estrutural à política do Estado Novo — será esse o papel concedido à Universidade.

Assim, desenvolve-se de imediato uma série de medidas para pôr em prática um plano deste tipo. Em 30 de Junho de 1934 é extinta a Imprensa da Universidade, procurando-se com este acto, indubitavelmente, atingir o seu director, o Prof. Joaquim de Carvalho, republicano histórico, bem como um centro técnico de eventual produção de textos que não se coadunavam com a ideologia do regime⁵. A 13 de Maio de 1935 é publicado um decreto que admite a demissão dos funcionários «que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar

² Cfr. *O Século*, 26 de Março de 1933.

³ Cfr. *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Assembleia Geral, 1911-1934*. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1988, sessão de 6 de Maio de 1933, pp. 79-101, e *Actas do Senado*, A.U.C., sessão de 30 de Abril de 1933, fls. 123-124.

⁴ *O problema universitário em Portugal*. Lisboa, Editorial Vanguarda, 1934, pp. 11-12.

⁵ Vide Jorge Peixoto, *A acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade de Coimbra*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976.

na realização dos fins do Estado»⁶ Na sua sequência são demitidos, entre outros, Sílvio Lima, da Faculdade de Letras, republicano e autor de um livro de polémica à obra do Cardeal Cerejeira. *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*⁷, e, mais tarde, de uma dissertação sobre *O amor místico*⁸, que causaram grande escândalo nos meios católicos⁹, e Aurélio Quintanilha, de Ciências, velho adepto de ideias republicanas e autor da tão debatida conferência de *O Século*. Em 1936, através de uma ordem de serviço, é suspensa a representação dos estudantes na Assembleia Geral da Universidade e no Senado e também nesse ano é impedida a realização de eleições na Associação Académica e nomeada uma Comissão Administrativa para a dirigir.

Perante este ataque, a Universidade não reage. Nem através do seu Reitor, João Duarte de Oliveira, que é também Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, o «partido» do Estado Novo, nem através do Senado, onde apenas são tomadas posições de solidariedade em relação aos professores demitidos. A Universidade submetia-se organicamente à tutela do Estado Novo e iniciará um casamento quase perfeito com o regime de Salazar.

5. Logo no princípio do seu mandato como Presidente do Ministério, em 28 de Janeiro de 1933, numa sessão realizada no Teatro de São Carlos por acção da organização nacionalista Associação Escolar Vanguarda, «antecessora» da Mocidade Portuguesa, Salazar afirmava-se, e assim o fará ao longo de toda a sua vida, como «Professor desterrado na política, tendo feito do governo sobretudo e apesar de tudo um pouco de magistério»¹⁰.

Imagem eloquente esta. Mais do que um Estado militarizado, Salazar lançava a ideia — sempre por ele defendida — que procurava criar um Estado «científico», «magistral», como se se tratasse de um prolongamento

⁶ Cfr. Decreto n.º 25 317, de 13 de Maio de 1935.

⁷ *Notas críticas ao livro do Sr. Cardinal Gonçalves Cerejeira «A Igreja e o Pensamento Contemporâneo»*, 2.ª ed. corrigida, ampliada e com um apêndice-resposta, Coimbra, Livraria Cunha, 1931.

⁸ *O amor místico (noção e valor da experiência religiosa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1935.

⁹ A polémica com os meios católicos desencadeou-se logo após a publicação das *Notas críticas* e desenvolveu-se nomeadamente no *Correio de Coimbra*. Logo em 1931 destacou-se o livro de polémica de Trindade Salgueiro, *Um livro infeliz*, Coimbra, Alves e Mourão, 1931. A publicação, mais tarde, de *O amor místico* veio a criar a Sílvio Lima novos problemas; de tal modo que o livro foi praticamente tirado da circulação.

¹⁰ «A Escola, a Vida e a Nação», in *Discursos*, vol. I, Coimbra. Coimbra Editora, 1935, p. 301.

da sua cátedra universitária. Por isso Miguel Unamuno, que visitou Portugal nos primeiros anos do Estado Novo, lhe chamou, numa expressão arguta e feliz, um «fascismo de cátedra»¹¹.

A Universidade de onde saíra, e a que (dizia) queria voltar, era sempre por ele considerada como a guardiã da cultura ocidental e cristã, nacionalista e corporativa. Cria-se, assim, um namoro constante entre a Universidade e o Estado Novo e entre o Estado Novo e a Universidade. Logo em 1937, durante a cerimónia da celebração do Centenário da transferência da Universidade para Coimbra, Caeiro da Mata, doutor por Coimbra e então Reitor da Universidade de Lisboa, dirá que dois dos «mais altos valores» de Portugal dali haviam saído «para se votarem inteiramente ao serviço da religião e ao serviço da Pátria». Facilmente se adivinha de quem se tratava: «Um, o professor Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa, símbolo admirável da bondade e da inteligência portuguesas»; «outro o professor Oliveira Salazar, o grande reconstrutor da Pátria»¹².

Este tipo de homenagem a Salazar multiplicar-se-á ao longo dos anos em sucessivas manifestações que aproveitarão as efemérides, tais como os 20 anos de governo de Salazar, em 1948, ou, em 1959, o limite de idade do velho mestre de Finanças. Foi na primeira data que Salazar proferiu palavras-chave acerca da Universidade, que, com alguns recortes, haveriam de ser gravadas em letras de bronze na entrada da Sala Grande dos Actos da Universidade, de onde só foram apedadas com o 25 de Abril¹³.

O Senado e os Reitores estabelecerão esta relação amorosa com o Estado Novo. Tanto o fará Morais Sarmiento, de ideologia católica e fascizante, mas de prática conciliadora, que terá um relativamente curto reitorado de 3 anos, como Maximino Correia, republicano convertido ao Salazarismo, que ocupará o lugar durante quase 20 anos.

Há, portanto, uma relação persistente e profunda entre a Universidade de Coimbra e o Estado Novo. Salazar partiu de Coimbra para continuar o seu magistério no campo da política (baseado «nas luzes da minha

¹¹ In jornal *Ahora*. Madrid, 3.7.1935.

¹² *O Centenário da Universidade de Coimbra*. Na sessão solene realizada na Sala dos Capêlos em 7 de Dezembro de 1937. Lisboa, 1938, p. 15.

¹³ Vide «A Universidade de Coimbra e o limite de idade do Doutor Salazar, 27-IV-1959», in Maximino Correia. *Ao serviço da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Por ordem da Universidade, 1963, pp. 559 ss. A fotografia das letras gravadas encontra-se em extratexto, entre as pp. 560 e 561. Ver o texto completo in Oliveira Salazar, «A Universidade de Coimbra», *Discursos*, vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1955, p. 322.

Escola», como ele próprio disse), o que será invocado na mensagem da representação dos doutores de Coimbra que o foram homenagear em 48¹⁴.

E não se trata de um apoio pessoal, mas sim de um apoio institucional baseado em decisões do Senado. Contudo, mesmo a nível pessoal poucas excepções se verificaram, podendo dizer-se que só raros professores mantiveram uma posição de reserva relativamente à política do Presidente do Conselho, não se apresentando nessas homenagens.

Todavia, recorde-se que, no ano anterior, em 15 de Junho de 1947, haviam sido demitidos cerca de vinte professores e assistentes universitários, entre os quais se encontrava Mário Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra e investigador de reconhecido valor científico.

6. Mário de Figueiredo, um dos fervorosos apoiantes de Salazar e seu amigo pessoal, quando era Ministro da Educação (o que sucedeu de Outubro de 1940 a Setembro de 1944), escreveu numas notas, não datadas, que enviou ao Presidente, as seguintes palavras, bem significativas: «a Associação Académica que dominamos, mas que não conquistamos e que é preciso conquistar...»¹⁵

Com efeito, a partir de 36 o governo passou a controlar a Associação, nomeando as respectivas Comissões Administrativas. A pouco e pouco, porém, as chamadas «esquerdas» manifestavam-se inquietas perante essa situação, não consentânea com a autonomia associativa. Assim, no entusiasmo do final da guerra, que criava a esperança da democratização do país, logo desmentida pela prática, em Assembleia Magna (o órgão associativo mais importante), de 13 de Dezembro de 1944, é eleita uma direcção, presidida por Salgado Zenha, a que o Reitor Maximino Correia acabou por dar posse.

A acção de Zenha vai acabar, contudo, por levantar o problema do carácter «político» da sua actuação. Para além da promoção de uma série de conferências em que participaram algumas personalidades desafectas ao regime, Zenha lutou pela realização do I Congresso dos Estudantes Universitários, que constituía um velho sonho da Academia de tendências políticas mais avançadas. Tinha afinal atrás de si uma certa ideia de «sindicalismo estudantil», que irá depois ser afirmado de forma explícita

¹⁴ Maximiano Correia, *ob. cit.*, «Salazar e a Universidade de Coimbra (artigo publicado no *Diário da Manhã*), 10-VI-1957», pp. 515 ss. A reprodução da referida mensagem encontra-se em extra-texto, entre as pp. 528 e 529.

¹⁵ *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*. Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1986, pp. 64-65.

anos mais tarde. Mas o que agudizou o conflito de Zenha com o Reitor e o governo foi o facto de o Presidente da Associação Académica, depois de ter consultado a Assembleia Magna, se ter recusado a participar na manifestação, de 19 de Maio, a Salazar, por ter preservado Portugal da guerra, invocando a razão de que a considerava um acto «político» não concordante com o carácter «apolítico» da Associação Académica. Maximino Correia entenderá, por sua vez, como «política» a recusa de Zenha e demiti-lo-á em 29 de Maio¹⁶.

Este facto e a posição manifestada pelo Conselho de Veteranos e pela Assembleia Magna de não aceitar mais Comissões Administrativas e de lutar pelo direito a eleições livres¹⁷ vai gerar um longo debate prático e teórico entre os dois sectores da Academia: o sector favorável a Zenha e às reivindicações académicas, e o sector que, embora afirmasse defender as liberdades académicas, receava que essas reivindicações, do modo como eram apresentadas, tivessem como objectivo fundamental atacar o governo. Aí surgirá com toda a vivacidade o problema da legitimidade da «política» dos movimentos académicos¹⁸.

E esta questão levantar-se-á constantemente, sobretudo nestes anos convulsivos que se estendem até ao princípio da década de 50. Desenvolver-se-á a propósito de problemas diversos, tais como a prisão de Salgado Zenha e o luto académico decretado pela Assembleia Magna, as discussões acerca dos novos estatutos da Associação Académica, a representação da Academia em certos actos, nomeadamente o doutoramento *honoris causa* de Franco (1949) ou o funeral do Presidente Carmona (1951), a renovação da ideia de organizar o Congresso Nacional dos Estudantes Universitários¹⁹.

Diminuirá de tom esta polémica quando as direcções da Associação tomaram posições menos reivindicativas e até manifestaram uma sensibilidade pró-governamental, o que sucede, como se disse, durante quase toda a década de 50. No entanto, o problema voltará a pôr-se depois do

¹⁶ Vide sobre este assunto *Relatório e contas da Direcção da Associação Académica de Coimbra (Dezembro de 1944 a Maio de 1945)*. Coimbra, 1945.

¹⁷ *Comunicado ao País. A Academia de Coimbra reclama eleições livres*. Coimbra, 1945.

¹⁸ Entre outras peças desta polémica, vide Henrique Barrilaro Ruas, *Sobre a questão Académica*, Coimbra. Tip. Gráfica de Coimbra, 1945, e *Carta aberta de Henrique Barrilaro Ruas a Henrique Beirão*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1945, e Henrique Beirão, *Fogos Cruzados*. Coimbra, Tipografia das Beiras, 1945.

¹⁹ Vide Santos Simões, *Contribuição para a história da Associação Académica de Coimbra — 1936 a 1951*. Ano do Centenário, 1987. Trata-se de uma edição policopiada. Agradecemos ao autor a sua oferta, sem o que não poderíamos ter acesso a documentos e informações de grande importância.

conflito de 1956, provocado pelo decreto-lei 40 900, conflito que, embora tivesse um sentido quase consensual e «corporativo» — os estudantes entenderam que essa lei, criando um organismo central de tutela, a Comissão Permanente de Obras Circum-Ecolares, poria em causa a liberdade de associação, no que foram secundados por vários responsáveis políticos e pelos professores — consciencializou a Academia da sua força e dinamizou-a para novas lutas.

O jornal académico *Via Latina* dos últimos anos da década de 50 e dos inícios da década de 60 comprovará essa realidade. Vários artigos são reveladores de que as questões da «política» na Universidade regressam ao teatro da discussão estudantil. Uma série de textos aborda directamente o problema e, se alguns autores parecem propender para um sindicalismo estudantil, outros continuarão a ter receio da intervenção do estudante nos assuntos políticos, que de resto têm dificuldade — porque as próprias circunstâncias do país conduziam a essa dúvida ou a esse receio — em delimitar e definir²⁰. Entretanto variadas questões sociais se colocavam aos estudantes, como é o caso da concepção acerca dos direitos e da condição da mulher e até o problema das relações entre rapazes e raparigas. A revolução sexual dos anos 60 avizinhava-se, embora muito paulatinamente, no meio provinciano que ainda era Coimbra. Por isso a primeira grande polémica que surgirá nesta década será exactamente provocada por um artigo de Marinha de Campos, publicado na *Via Latina* de 19 de Abril de 1961, *Carta a uma jovem portuguesa*²¹. Pouco tempo antes, nesse mesmo ano lectivo, em fins de 1960, ocupara a presidência da Associação uma direcção de «esquerda», que tinha à frente Carlos Candal. A grande polémica académica que abalará o regime salazarista ia iniciar-se.

7. Portanto, a Universidade de Coimbra e a sua Academia tiveram depois da «Revolução Nacional», de 28 de Maio de 1926, e durante o período de formação e de afirmação do Estado Novo, posições que se situam entre a «Tradição» e a «Inovação». A «Tradição» constituiu então

²⁰ Cfr. Jorge Moreira, «Deverá o estudante ser Político?», in *Via Latina*, 9 de Fevereiro de 1959; Jorge Araújo, «Por uma "responsabilidade". Reflexões sobre o artigo "Deverá o estudante ser político"», in *V.L.*, 2 de Março de 1959; Jasmins Pereira, «A política e a condição universitária», in *V.L.*, 9 de Março de 1959 e números seguintes; João José dos Santos Cardoso, «Associação Académica e a política», in *V.L.*, 23 de Março de 1959.

²¹ Sobre esta polémica, vide Rui Grácio, «Moral e Política na Academia de Coimbra. Crónica documentada de uma polémica no dealbar dos anos 60», in *Vértice*, II série, n.º 15, Junho 1989.

uma realidade cultural bem assimilada, que só excepcionalmente foi contestada. O respeito pela «antiguidade» da Universidade, pelas suas praxes e pelos seus rituais era considerado então como algo quase indiscutível. No entanto, se essa «Tradição» se casava nos «meios institucionais universitários» com o tradicionalismo e o conservadorismo político, servindo de resposta à conciliação da Universidade com o Estado Novo, nos meios «académicos» ela serviu por vezes de base às reivindicações que, não tendo (ou procurando não aparentar) um carácter expressamente «político», cada vez eram mais ditadas por movimentações políticas de clandestinidade. Assim, verifica-se uma acção de «Inovação» política, com novos objectivos justificados por um discurso que retomava e actualizava os argumentos produzidos durante a Primeira República e que se prolongaram mesmo para além do 28 de Maio. No entanto, durante o período que brevemente analisámos — 1926 a 1961 — verifica-se ainda no seio da Academia um certo «rotativismo», isto é, a Associação Académica ora é ocupada pelas «direitas tradicionais» ora pelas «esquerdas contestatárias».

Só depois de 60, acompanhando a crise do regime salazarista e a «guerra colonial» que lhe porá termo, se verificará um movimento académico de oposição crescente, e que acabará também por quebrar com a «Tradição», o qual encontrará mesmo, nos meios docentes, um certo apoio. Caminha-se a passos largos para a ruptura do Estado Novo e as revoltas académicas terão o seu papel nesse processo.